

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
À Comissão Especial de Licitação

Ref. CONCORRÊNCIA Nº 90001/2024

CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.863.854/0001-19, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 3º andar, Torre Sul, Itaim Bibi, São Paulo/SP – CEP: 04538-133, vem, respeitosamente, através deste, com fulcro no artigo 165, inciso I, alínea c, da Lei 14.133/21 e do item 19 do edital, interpor

<p><u>RECURSO ADMINISTRATIVO</u></p>

em face da decisão que indevidamente HABILITOU as empresas: FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA; IN PRESS OFICINA CONSULTORIA; PARTNERS COMUNICAÇÃO CORPORATIVA e SANTA FÉ IDEIAS, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

DOS FATOS

A empresa CDN, doravante denominada Recorrente, participou da licitação em epígrafe cujo objeto cuida da contratação, por melhor técnica, de empresa prestadora de serviços de comunicação institucional, conforme as especificações constantes do Edital e/ou do Termo de Referência.

Ocorre que na sessão pública realizada em 30/07/24 restaram indevidamente habilitadas as empresas acima descritas cujos motivos passa-se a expor:

DA INDEVIDA HABILITAÇÃO DA EMPRESA:

FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA

Ao disponibilizar a documentação jurídica da empresa FSB, restou claro que houve uma cisão parcial de sociedade, e nesta cisão ocorreu a incorporação de acervos por nova empresa denominada “Internacional PR Ltda.”

Neste acordo de cisão, restou acertado que foi retirado do ativo da FSB *“toda parcela referente à prestação de serviços de comunicação e assessoria de imprensa e relações públicas voltadas para atendimento do Contrato nº 38/2022 celebrado com a Secretaria de Comunicação Social – SECOM”*.

(ii) A FSB Planejamento pretende executar uma reorganização patrimonial de determinados ativos ligados às suas atividades, inclusive com alocação de direitos para melhor aproveitamento das operações, implementando uma nova dinâmica de divisão de atividades e, consequentemente, de funcionamento; e

(iii) Para atingir esse fim, a administração da FSB Planejamento julga conveniente e apropriado, por razões operacionais, proceder com a cisão parcial de seus ativos, retirando do seu ativo e, consequentemente do seu patrimônio, toda a parcela referente à prestação de serviços de comunicação e assessoria de imprensa e relações públicas voltadas para atendimento do Contrato de Prestação de Serviços nº 38/2022 celebrado com a Secretaria de Comunicação Social – SECOM, CNPJ/MF nº 09.234.494/0001-43, nos termos do Termo de Sub-Rogação nº 03/2023 (“Contrato de Prestação de Serviços”), segregando referidas atividades à nova parcela cindida, qual seja, a **Internacional PR**, inclusive com a transferência completa dessa expertise (“Parcela Cindida”)

Nota-se que restou claro que houve a **transferência completa da expertise dos serviços realizados no Contrato nº 038/2022 SECOM**, para a empresa Internacional PR.

3.5. As partes ratificam ainda que toda a parcela que compõe a Capacidade Técnica para prestação de serviços de comunicação digital, conforme detalhado no Laudo de Avaliação (Anexo I), é parte indissociável da parcela de patrimônio ora cedido, visando principalmente a cessão e manutenção dos contratos celebrados entre a FSB Planejamento e a Administração Pública, os quais passarão a ser executados, em sua integralidade, pela **Internacional PR**, a qual passará a deter toda a Capacidade Técnica necessária e adequada.

Dessa forma, inquestionável que desde a data da celebração do contrato de cisão, toda a capacidade técnica proveniente da execução dos serviços do Contrato nº 038/2022 da SECOM, foi transferido para a empresa Internacional PR, **NÃO PODENDO MAIS SER UTILIZADO PELA EMPRESA FSB.**

A partir da cisão a FSB deixou de ser detentora daquela capacidade técnica por explícita transferência de toda expertise, que passou a integrar a capacidade da Internacional PR.

Ocorre que a empresa FSB, não só apresentou o Atestado que não é mais de sua propriedade, como também apresentou o Relatório exigido no item 11.2.3.a.3 de serviço cuja experiência NÃO mais pertence à FSB por NÃO MAIS FAZER PARTE DE SEU ACERVO TÉCNICO.

Pois bem, dispunha o Edital no item 11.2.3.a3):

a3) **Aos atestados, a empresa deverá anexar o relatório de, no mínimo, dois projetos executados na área de assessoria de imprensa** (um relatório para sobre cada projeto) voltados à esfera pública e/ou esfera privada e/ou Terceiro Setor. O relatório deverá conter: o órgão contratante; a descrição da demanda; o problema de comunicação identificado; os objetivos de comunicação; as estratégias definidas para a consecução dos objetivos; os públicos

de interesse; as ações realizadas; cópia dos textos produzidos para imprensa (release, artigo, nota, comunicado, p.ex.), fotografia das atividades desenvolvidas (eventos, visitas, coletivas, press trip, p.ex.) e dos materiais produzidos para os públicos de interesse (press kit, dossiês, publicações, p.ex.); as métricas usadas para avaliar os resultados; os resultados alcançados, incluindo as comprovações do que repercutiu na imprensa (clipping).

Ou seja, o edital foi claro que dentre os Atestados apresentados, a empresa deveria, juntamente, anexar relatório com a descrição da demanda executada.

No entanto, em razão da explícita transferência para a empresa Internacional PR do Atestado emitido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, bem como toda expertise a ele atinente, não poderia ser apresentado e, portanto, sequer considerado o Relatório anexado, para fins de qualificação técnica.

Dessa forma, não há como admitir a habilitação da empresa FSB por não ter cumprido com o item 11.2.3.a3 do Edital, ao não apresentar dois relatórios válidos.

DA INDEVIDA HABILITAÇÃO DA EMPRESA:
IN PRESS OFICINA CONSULTORIA

Da mesma forma, não prospera a habilitação da empresa IN PRESS que descumpriu preceitos do edital, vejamos:

Dispunha o Edital no item 11.2.3.a3):

a3) Aos atestados, a empresa deverá anexar o relatório de, no mínimo, dois projetos executados na área de assessoria de imprensa (um relatório para sobre cada projeto) voltados à esfera

pública e/ou esfera privada e/ou Terceiro Setor. O relatório deverá conter: o órgão contratante; a descrição da demanda; o problema de comunicação identificado; os objetivos de comunicação; as estratégias definidas para a consecução dos objetivos; os públicos de interesse; as ações realizadas; cópia dos textos produzidos para imprensa (release, artigo, nota, comunicado, p.ex.), fotografia das atividades desenvolvidas (eventos, visitas, coletivas, press trip, p.ex.) e dos materiais produzidos para os públicos de interesse (press kit, dossiês, publicações, p.ex.); as métricas usadas para avaliar os resultados; os resultados alcançados, incluindo as comprovações do que repercutiu na imprensa (clipping). (g.n.)

Ao descrever a expressão “aos atestados” o Edital foi claro que os relatórios deveriam ser relativos aos atestados apresentados no item 11.2.3.a, que dispõe:

a) declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) produtos e serviços compatíveis com o objeto desta concorrência, nos termos dos Apêndices I-A e IB do Anexo I deste Edital, **nos últimos 36 (trinta e seis) meses.**

a1) a(s) declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) previstas na alínea ‘a’ deverão ser apresentadas em papel timbrado de, no mínimo, 2 (dois) clientes diferentes, assinados, com telefone de identificação dos representantes dos respectivos declarantes.

a2) para cumprimento da presente exigência a licitante deverá comprovar experiência de no mínimo 2 (dois) anos, na execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos Produtos e Serviços Essenciais, previstos nos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 dos Apêndices I-A e I-B do Anexo I deste Edital.

Assim, o Edital exigiu que os atestados apresentados deveriam referir-se a **serviços executados por pelo menos 2 (dois) anos, nos últimos 36 meses**, o que não foi impugnado em momento oportuno.

Entretanto, o atestado da empresa **Entidade Administradora de Faixa / Siga Antenado**, não atende a exigência do Edital, uma vez que foi executado de 11 de abril de 2022 a 30 de abril de 2023, ou seja, não comprova experiência de no mínimo 2 (dois) anos.

No mais, a empresa também descumpriu com o item b, uma vez que não apresentou a descrição da experiência do profissional conforme exigência disposta no Edital:

b1) a aderência da formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente ao objeto da contratação, disposta na alínea anterior, **deverá ser demonstrada pela licitante, por meio da descrição da experiência do profissional indicado**, para avaliação da Comissão Especial de Licitação e, nos casos de dúvida, da área técnica vinculada à licitação; (g.n)

Dessa forma, não há como admitir a habilitação da empresa IN PRESS por não ter cumprido com o item 11.2.3.a2 c/c 11.2.3.a3 e 11.2.3.b1 do Edital, ao não apresentar dois relatórios válidos e a descrição de experiência do profissional.

DA INDEVIDA HABILITAÇÃO DA EMPRESA:
PARTNERS COMUNICAÇÃO CORPORATIVA

Também a habilitação da empresa PARTNERS que descumpriu preceitos do edital, merece revisão, vejamos:

Conforme acima transcrito, o Edital, no item 11.2.3.a, exigiu que os atestados apresentados tivessem sido executados por pelo menos 2 (dois) anos, nos últimos 36 meses.

Entretanto, o atestado da empresa **HEMOBRÁS**– que incluiu um dos **relatórios exigidos no item 11.2.3.a3**, foi executado de 08/05/23 a 08/05/24, não atendendo a exigência do Edital, uma vez que não comprova experiência de no mínimo 2 (dois) anos, questão que não foi impugnada pela empresa no momento oportuno.

Com efeito, se o atestado não cumpre a exigência do Edital, o relatório a ele correspondente também não é válido.

Assim, apenas o relatório referente ao atestado emitido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão – SEBRAE MA não é suficiente para atender à exigência do item 11.2.3.a2 c/c 11.2.3.a3 do Edital, não sendo, portanto, viável a habilitação da empresa PARTNERS.

DA INDEVIDA HABILITAÇÃO DA EMPRESA:

SANTA FÉ IDEIAS

Já a empresa SANTA FÉ não deve ser habilitada pelo descumprimento do item 11.2.3.b1, que dispôs:

b1) a aderência da formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente ao objeto da contratação, disposta na alínea anterior, **deverá ser demonstrada pela licitante, por meio da descrição da experiência do profissional indicado**, para avaliação da Comissão Especial de Licitação e, nos casos de dúvida, da área técnica vinculada à licitação; (g.n)

Não há, junto a documentação apresentada pela empresa SANTA FÉ a descrição de experiência da profissional GABRIELA ALENCASTRO MOLL.

Dessa forma, não há como admitir a habilitação da empresa SANTA FÉ por não ter cumprido com o item 11.2.3.b1 do Edital, ao não apresentar a descrição de experiência do profissional.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Lei Federal nº 14.133/21 disciplina em seu artigo 5º o princípio da vinculação ao edital:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (g.n.)

No procedimento licitatório, tão importante quanto o cumprimento às leis, está a vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao edital é uma das bases fundamentais que rege os processos licitatórios no âmbito da administração pública. Ele estabelece que todos os participantes de uma licitação devem se submeter estritamente às (mesmas) regras estabelecidas no edital.

No caso em tela, o descumprimento das exigências em relação a qualificação técnica das empresas é fato que não há como ser relevado ou mitigado pela Administração pois é a exigência que irá garantir uma regular execução do contrato.

A exigência de qualificação técnica em Editais de licitação pela Administração Pública tem como base a garantia de que as empresas contratadas possuem a capacidade técnica necessária para a execução do objeto licitado.

Destarte, as exigências técnicas, quando dispostas em Edital, devem ser cumpridas com zelo e é defeso aos julgadores afastarem-se das normas, sob pena de vulnerar os princípios administrativos.

Este também é o entendimento de Marçal Justen Filho em seus *Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas*, 2ª edição, p. 123:

“O procedimento de licitação reduz drasticamente a liberdade de escolha do administrador. Por regra, o resultado final não decorre de qualquer decisão subjetiva do administrador. Vence a licitação a proposta que se configura como a mais conveniente para a concretização dos interesses coletivos e supraindividuais, segundo critérios objetivos. A liberdade de escolha vai sendo suprimida à medida que o procedimento avança. Ao final, a regra é a ausência de espaço para uma decisão discricionária.” (g.n.)

Também a jurisprudência é assente quanto à necessidade do exato cumprimento das exigências de qualificação técnica:

STJ – RESP 1178657

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. (Grifo nosso)

TCU – Acórdão 4091/2012 – Segunda Câmara.

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL.** MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

Acórdão 966/2011 – Primeira Câmara

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. (Grifo nosso)

Com efeito, a ausência do cumprimento das exigências dispostas em Edital deve acarretar a inabilitação das empresas.

<p><u>DO PEDIDO</u></p>

Diante do exposto, requer a INABILITAÇÃO das empresas FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA; IN PRESS OFICINA CONSULTORIA; PARTNERS COMUNICAÇÃO CORPORATIVA e SANTA FÉ IDEIAS por não terem cumprido os requisitos técnicos dispostos em Edital.

Termos em que.

P. e E. Deferimento.

São Paulo, 06 de agosto de 2024.



CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA

RICARDO JOSÉ IUNES JUNIOR

CPF 272.667.368-62

RG. 28.421.180-1